

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT04.004](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT04.004)

OS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO E A BNCC NA ESCOLA CONTEMPORÂNEA: UM PASSEIO PELAS TEORIAS DA EDUCAÇÃO

Maria de Fatima Oliveira Santos

Graduada em Educação Física pela Universidade Regional do Cariri – URCA e Mestranda em Educação e Ensino na Universidade Estadual do Ceará – UECE, mariaof-119627mail.com

Mônica Emanuela Nunes Maia

Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará – UFC, professora na Universidade Estadual do Ceará e mestranda em Educação e Ensino na Universidade Estadual do Ceará – UECE, monica.emanuela@uece.br

RESUMO

O texto aqui proposto tem com temática os fundamentos teóricos pedagógicos presentes na educação escolar básica contemporânea, surgida a partir das leituras, discussões e reflexões no curso da disciplina Teorias da Educação no Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Temos como objetivo identificar, conhecer e refletir sobre os fundamentos que sustentam a educação escolar básica contemporânea, para tanto precisamos visitar as teorias da educação. A partir de uma análise bibliográfica das teorias da educação que se desenvolveram no Ocidente do início da Idade Moderna aos dias atuais. Pode-se dizer que a educação hoje tem muitas facetas e muitos caminhos. Em que as concepções, os projetos e as políticas de educação escolar vigentes, no Brasil, ganham sentido como constituídos e constituintes da especificidade de projeto de sociedade em disputa pelo capital e pela classe trabalhadora. Nesse marco, a política educacional recente BNCC

apresenta a corrente neoliberal que tem como objetivo a qualidade da educação por meio do alinhamento do currículo nacional da educação básica e obediência às regras das instituições internacionais que financiam as políticas de governo de países periféricos.

Palavras-chave: Fundamentos da educação, Educação escolar básica, Escola pública.

INTRODUÇÃO

O texto aqui proposto tem com temática os fundamentos teóricos pedagógicos presentes na educação escolar básica contemporânea, surgida a partir das leituras, discussões e reflexões no curso da disciplina Teorias da Educação no Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Nos nossos estudos, nos propomos a problematizar sobre quais fundamentos teóricos pedagógicos estão no esteio dos conhecimentos escolares propostos e impostos aos estudantes da escola básica? Quais os interesses implícitos nesses fundamentos educacionais no século XXI?

Temos como objetivo identificar, conhecer e refletir sobre os fundamentos que sustentam a educação escolar básica contemporânea, para tanto precisamos visitar e refletir sobre as teorias da educação.

Um estudo bibliográfico das teorias da educação que se desenvolveram no Ocidente do início da Idade Moderna aos dias atuais, foram importantes para a delimitação da temática. As diversas leituras realizadas e discutidas nos incentivam as reflexões, aos recortes e as perspectivas de análises para a educação na atualidade, considerando o aspecto histórico e processual que a educação institucionalizada percorre.

Para nos ajudar a pensar a educação escolar básica nos apropriamos das bases teóricas do materialismo histórico dialético, partindo de uma categoria de análise, a contradição. Buscando observar a educação na sua condição real e predominante, como ela acontece nas nossas escolas, não vamos tratá-la aqui como a educação deveria ser.

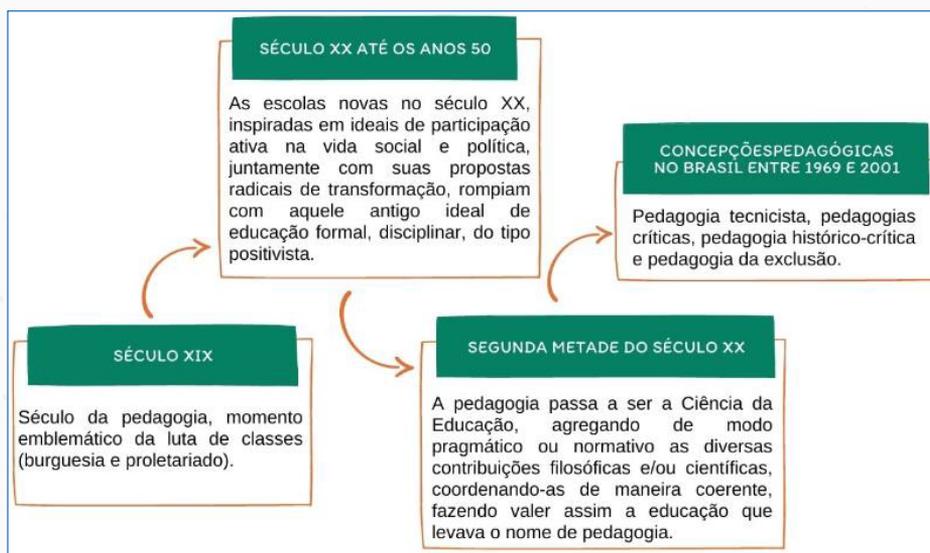
O artigo está pensado em três momentos que se articulam e se integram: primeiro uma discussão sobre fundamentos teóricos pedagógicos que embasam a educação; o segundo a educação básica e escolar, na sua orientação pública estatal. Ou seja, a educação que vamos tratar aqui é a educação institucionalizada, pública e mantida pelo Estado. E o terceiro e último são as considerações que essas análises nos revelam.

A EDUCAÇÃO ESCOLAR E SEUS FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS

O século XIX foi marcado por conflitos ideológicos, formação de padrões e educação do conhecimento. A burguesia e o povo enfrentam poderosas barreiras entre a ideologia educacional e o conflito da educação. A pedagogia romântica de Pestalozzi, Schiller e Frobel, assim como a pedagogia de Hegel e Herbart, tiveram forte influência nesse período. Marcos importantes como a sociedade industrial e a educação: entre o positivismo e o socialismo, assim como o positivismo e a pedagogia na França, Inglaterra e Itália também marcaram essa fase, que sob outros aspectos foi enorme e sempre será de associação mútua.

Do início do século XX à metade do mesmo, escolas novas, ideologias educacionais, transformações educacionais, renovações escolares e pedagogia radical o marcaram. O compromisso global com a educação e a pedagogia em meados do século 20, e a ciência da educação como um problema em aberto, a guerra fria, a pedagogia cognitiva, priorizando a instrução e a tecnologia educacional e as escolas do pós-guerra até a atualidade.

Figura 1. Linha do tempo das concepções pedagógicas da educação de acordo com Cambi (1999):



Fonte: autoria própria.

Nesse sentido, Franco (2001) observa que desde o século XIX, quando Herbart defendia princípios científicos estritos na pedagogia, ele também impôs um fechamento epistemológico ciência, de modo que, para ser ciência, ela deve deixar de ser pedagogia, no sentido mais amplo, porque seu objeto, a educação, se limita ao ensino, ao ensino visível, óbvio, observável e, portanto, é a ciência da educação racionalmente compreendida na época.

Desse modo, as concepções de educação que levam em consideração aspectos como o contexto político, econômico, social e cultural no qual o aluno está inserido, são outras e são ideias organizadas com outra perspectiva e subsidiam e justificam a prática educativa.

Assim, a escola abraçou os ideais e fundamentos da educação e se estabeleceu como uma instituição-chave em uma sociedade democrática, nutrida por um forte ideal liberal de colocar a ação em primeiro lugar e dar vida às escolas e experiências de ensino. As escolas públicas são atualizadas com base no trabalho e buscam alcançar a formação profissional, a formação moral e a educação social para crianças e adolescentes.

Assim, Franco (2016) coloca que a prática pedagógica no campo escolar se baseia principalmente em uma determinada teoria de ensino, ou seja, a pedagogia. Portanto, existem elementos teórico-metodológicos entre as diferentes pedagogias e aspectos relevantes para a prática docente devem ser esclarecidos, tal como se apresenta nos dias atuais:

Figura 2. Elementos para prática pedagógica.



Fonte: autoria própria.

Para Franco (2016), o desenvolvimento da educação enquanto prática pedagógica considera esses elementos, atores e situações envolvidas. Desde a elaboração de uma proposta nacional, passando pelos pensadores de educação e finalizando no fazer do profissional na sala de aula, onde se materializa a teoria.

Na atual estrutura educacional brasileira observa Ferronato (2014), um direcionamento pedagógico orientado pelas políticas públicas educacionais macroeconômicas neoliberais que trazem, inclusive propostas e ações educacionais sedutoras aos desavisados pois nas narrativas apontam para fatores fundantes nos nossos anseios educacionais. Nesse sentido, a educação escolar e institucionalizada como uma instância e dimensão de extrema importância no atual contexto passa a ser um grande foco das políticas educacionais, que insistem em afirmar que é e será por meio dela que o desenvolvimento, o progresso, o crescimento econômico se dá.

Dessa forma, os fundamentos pedagógicos, são buscados pelos grupos dominantes que jamais abrem mão de seus interesses, em teorias que respondam, que conservem esses interesses. Então, podemos observar que estas orientações vêm de perspectivas técnico científicas que parecem se justificar por si mesma, quando se referem a científico, nos chega como se não pudessem ser questionados ou não estivesse carregada de valores e interesses. Na afirmação seguinte “nos dias atuais ainda se utiliza a tradição iluminista de associar uma decisão política a uma verdade comprovadamente científica, como é o caso do processo da elaboração de uma política pública” (BONETI, 2018 p.44).

Podemos compreender que as definições trazidas por essa orientação se afirmam e se firmam, pois estão baseadas em uma racionalidade científica, mesmo que não questione a serviço de quem está esta ciência. E a educação assume um importante papel e torna-se um *locus* privilegiado para a formação de sujeitos comprometidos com o processo de transformação social. Desta forma, compreende-se o ato educativo, portanto, pedagógico, nas suas múltiplas implicações e interdependências como contexto econômico, político, social e cultural, bem como nas suas especificidades decorrentes da atuação de organizações burocráticas controladas pelo Estado e cujo objetivo é reproduzir as relações de produção

capitalistas e as escolas para a ser uma ferramenta adequada a esta sociedade.

Marx preocupa-se com a história das sociedades e concebe o conhecimento associado às configurações sociais. “Assim, o marxismo subordina a questão epistemológica à questão política”, afirmando, inclusive, que o *logos* só se sustenta enquanto estiver abastecendo e sustentando a *práxis*” (SEVERINO, 1999, p. 166). Portanto, sujeito e objeto estão em formação contínua e dialética, evoluindo por contradição interna, não de modo determinista, mas por meio da intervenção dos homens mediante a prática. Marx propõe uma filosofia da *práxis*, uma vez que o conhecimento, a reflexão e o trabalho não devem ser encarados para compreensão de sentido, mas para realização de ações concretas com vistas à transformação do social.

No que se refere aos objetivos de sua ação pedagógica, a questão direcionada à Pedagogia será a de formação de indivíduos “na e para a *práxis*”, conscientes de seu papel na conformação e na transformação da realidade sócio-histórica, pressupondo sempre uma ação coletiva, ideologicamente constituída, por meio da qual cada sujeito toma consciência do que é possível e necessário, a cada um, na formação e no controle da constituição do modo coletivo de vida. É uma tarefa política, social e emancipatória. A formação humana é valorizada no sentido das condições de superação da opressão, submissão e alienação, do ponto de vista histórico, cultural ou político. Pondera-se que a proposta de projetos político-pedagógicos, como organizadores da esfera pedagógica da escola, parte dessa perspectiva teórica.

Mas infelizmente, esses projetos, inseridos nessa perspectiva crítica, estão cada vez mais distanciados do coletivo de seus sujeitos e têm se apresentado de forma burocrática e alheia a estes. Veiga (2003, p. 272), ao diferenciar projetos pedagógicos de cunho regulatórios ou emancipatórios, afirma que:

O projeto político-pedagógico, na esteira da inovação regulatória ou técnica, está voltado para a burocratização da instituição educativa, transformando-a em mera cumpridora de normas técnicas e de mecanismos de regulação convergentes e dominadores.

Percebe-se, portanto, que falar de prática pedagógica é falar de uma concepção de Pedagogia e, além disso, do papel relacional dessa ciência com o exercício da prática docente. Dessa forma, só é possível ajuizar um conceito para práticas pedagógicas quando for definida a priori a concepção de Pedagogia, de prática docente e, fundamentalmente, a relação epistemológica entre Pedagogia e prática docente, cuja prática pedagógica docente está profundamente relacionada aos aspectos multidimensionais da realidade local e específica, às subjetividades e à construção histórica dos sujeitos individuais e coletivos.

Em suma, pode-se dizer que a educação hoje tem muitas facetas e muitos caminhos. Em que as concepções, os projetos e as políticas de educação escolar vigentes, no Brasil, ganham sentido como constituídos e constituintes da especificidade de projeto de sociedade em disputa pelo capital e pela classe trabalhadora.

EDUCAÇÃO ESCOLAR BÁSICA E PÚBLICA NO CONTEXTO ATUAL

A adjetivação que acompanha a palavra educação, ou seja, educação escolar vai no sentido de marcar e compreender a educação vivenciada e trabalhada na instituição escolar regida pela legislação (LDB, BNCC entre outras) pelas orientações teóricas pedagógicas (por mais silenciosas que sejam) pelo currículo (que reconhece que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global (BNCC, 2020 p.16) pela didática (com intencionalidades no processo de aprender).

A educação escolarizada traz esse conjunto complexo de aspectos que os caracteriza. E nesse texto nos debruçaremos sobre as orientações teóricas pedagógicas que orientam a educação escolar básica pública. Ciente de que no Brasil outros setores também “oferecem” educação, a exemplo temos os setores privados que vendem educação. No entanto, nosso foco é a educação pública.

Ao se apresentar uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Básica em todos os espaços, sejam eles cidade ou campo julga-se que em ambos, direitos e aprendizagens

imediatamente serão consolidados no instante em que a Base foi aprovada pelo Conselho Nacional de Educação em 2017.

Figura 3. Percurso da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para educação básica.



Fonte: autoria própria

A Base é uma proposta de atualização dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), publicados em 1997 sendo que as discussões para sua construção estão associadas à LDB 9394/1996, e foram retomadas em 2010, na Conferência Nacional de Educação (CONAE). Em 2014, é publicada a Lei 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência de 10 anos, e onde se incluem quatro metas que tratam especificamente da construção da base.

Conforme Carneiro (2015), os PCNs são uma medida educacional voltada para a implantação do modelo mercadológico que o Banco Mundial propôs para a educação brasileira. O que guia a política educacional para a educação básica é a avaliação sob a forma de testes, os “provões”. Nessa concepção prepara-se primeiro o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) para depois pensar sobre o currículo. Os PCNs são fragmentos de uma política educacional mal definida. Uma política educacional mais preocupada em medir o rendimento dos alunos das escolas, do que em construir um consenso sobre o que e quem deve ser avaliado.

Como aponta Silva (2021), o currículo é produzindo no contexto das relações de poder. Esse currículo não se expressa apenas em um simples processo de transmissão de conhecimento e conteúdo, mas possui um caráter histórico, político e social, sendo que a educação se envolve e se realiza no conflito das relações entre indivíduos.

Segundo Amorim e Sousa (2019), o Banco Mundial exerce forte influência na política econômica brasileira e, em particular, na educação ele se apresenta como uma instituição que interfere na qualidade do ensino no caso do Brasil desde os anos de 1970. Porém, foi nos anos de 1990 que o Brasil ocupou lugar de destaque devido aos empréstimos contraídos ao Banco, tornando-se um dos seus maiores clientes.

Na ocasião, a educação básica é uma modalidade que recebe maior investimento, para o Banco, ela era a ideal para resolver problemas da eficiência no ensino e, ao mesmo tempo, promover a igualdade. Hildalgo (2008, p.133) mostra que há um:

[...] comprometimento dessas agências internacionais com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, em se forjar um sistema de ensino que atenda às necessidades impostas pelo mercado de trabalho. O discurso humanista que acompanha esta retórica tenta minimizar os graus de miserabilidade, tendo em vista o crescimento econômico e a contenção dos níveis de tensão social, atribuindo a responsabilidade para a sociedade civil.

Nesse plano, a BNCC tem como principal objetivo “apresentar os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que devem orientar a elaboração de currículos para as três etapas de escolarização, a saber, o Ensino Infantil, Fundamental e Médio”. (BRASIL, 2016, p.25). Portanto, a BNCC é um documento de caráter normativo balizador de um “conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais” (BRASIL, 2017, p.7), com a finalidade de orientar os sistemas educacionais na elaboração de propostas curriculares.

Assim, segundo Amorim e Sousa (2019), os órgãos que regem o ensino no Brasil, principalmente o MEC (Ministério da Educação) aponta o sentido de educação em disputa, e, nesse contexto, a

BNCC tem o desígnio de orientar os sistemas educacionais na preparação de propostas curriculares. Portanto, sua ligação com a LDB (Lei de Diretrizes e Base), as DNC (Diretrizes Curriculares Nacionais) e o PNE (Plano Nacional de Educação), devem ser encarados como repreensão contra a luta por uma escola emancipada.

De acordo com a comunidade intelectual do BM e do FMI, o comando da educação realizará reformas gerenciais do ponto de vista empresarial, incluindo a construção de novas normas. Segundo Macedo (2014), a própria LDB permite o entendimento de que a base pública é considerada no documento de 1996, ou seja, significa que as disposições do curso são baseadas na LDB e nenhum documento exclusivo é exigido. Todas as mudanças vivenciadas na educação no sistema do capital têm por intuito exigir dos trabalhadores uma educação básica que atenta às necessidades do mercado:

Figura 4. Educação no sistema capitalista.



Fonte: autoria própria.

Então, a educação pensada no tripé: “metas”, “habilidades” e “competências”, já remete a burocratização do ensino, onde o tempo pedagógico se consome e a ideia de educação fica atrelada a preparação para uma futura profissão.

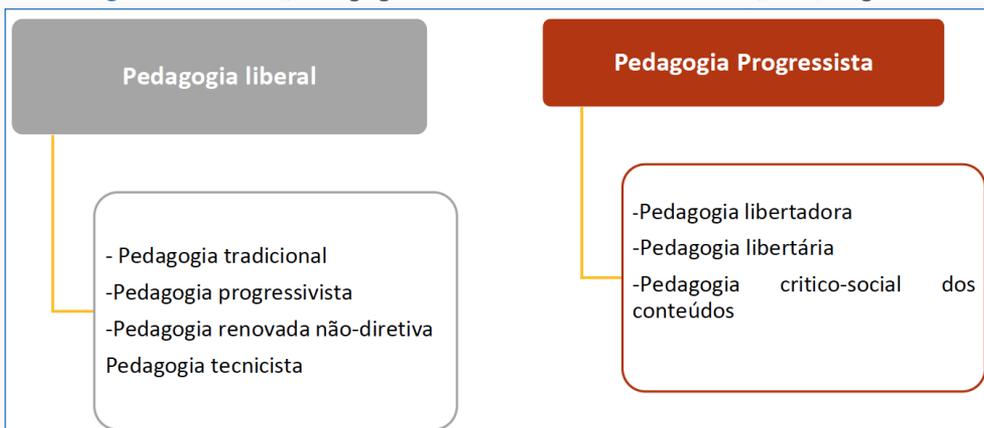
No entanto, vale ressaltar que ao mencionar apenas a palavra educação diremos muito pouco, pois é uma categoria muito ampla. Assim temos clareza que a educação não escolarizada acontece e se realiza em outras instancias e instituições da sociedade e que os

estudantes da educação básica “também se educam ou são educados, as vezes com mais eficiência do que a obtida pela educação escolar” (SANFELICE, 2005, p, 96,97).

Nesse sentido, a educação escolar baseada numa concepção inspirada em Suchodolski, Marx, Saviani, Libâneo deve ser entendida e pensada como “uma atividade mediadora no seio da prática social global. Tem-se, pois, como premissa básica que a educação está sempre referida a uma sociedade concreta, historicamente situada” (Libâneo citando Saviani, 2014, p 16). A educação escolar como atividade mediadora estabelece com outras manifestações da sociedade relação muito estreita, ou seja, está o tempo todo entrelaçada com a vida real e concreta dos sujeitos envolvidos no processo. E também com construções teóricas e pedagógicas que são selecionadas de acordo com as intenções, interesses dos grupos econômicos e políticos dominantes.

Assim, conhecer as teorias pedagógicas que orientam o conjunto de conhecimentos que são dispostos para os educandos no processo de ensino e aprendizagem básico se faz por demais importante. Nos estudos bibliográficos (Libâneo, 2013; Saviani, 2013, Silva, 2021) verificamos classificações clássicas, porém demasiadamente esclarecedoras. Como a que é proposta por (Libâneo, 2013, p. 21):

Figura 5. Teorias pedagógicas orientadores do ensino e aprendizagem:



Essa classificação de José Carlos Libâneo, no livro *Democratização da educação no Brasil*, é aqui rerepresentada e tem o intuito de identificar essas “tendências” que constituem nas mais variadas formas e intensidades a educação escolar básica. A

prática docente manifesta, às vezes, a mistura dessas tendências pedagógicas, pois o que a legislação orienta e normatiza, o que as políticas públicas educacionais sugerem ou recomendam nem sempre ocorre no cotidiano da realidade escolar, não necessariamente, seguem as normas e as orientações na letra da lei, tal e qual preconiza.

Nesse texto não temos nem a intenção e não temos como dar conta de todas essas tendências pedagógicas, a nossa delimitação é para compreender os pressupostos teóricos que predominam e por que predominam na educação básica escolar.

Dentre as principais tendências propagadas no ensino brasileiro, a pedagogia liberal ganha lugar de destaque. Nela ocorre a manifestação da sociedade denominada sociedade de classes. O objetivo da escola é preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, segundo as aptidões individuais. Divide-se essa pedagogia em: tradicional, renovada progressivista, renovada não-diretiva e tecnicista.

Na tendência liberal tradicional, a escola prepara os alunos, intelectual e moralmente para que assumam seu papel na sociedade. A responsabilidade em relação aos problemas sociais é da sociedade. O saber é trabalhado da mesma forma com todos. Já a atividade de ensinar é centrada no professor que expõe e interpreta a matéria, priorizando a exposição oral. Ele acredita que o aluno ouvindo e fazendo exercícios repetitivos, gravam a matéria para depois reproduzi-la e os conteúdos são separados da realidade do aluno. O professor repassa os conteúdos determinados pela sociedade e ordenados na legislação. A criança, por sua vez, tem a mesma assimilação que o adulto, porém menos desenvolvida.

Reconhecemos, como Saviani (2011) assim o fez, que a escola, na aparente tentativa de se adaptar às novas configurações sociais, tem abandonado certas funções clássicas, se descaracterizado e perdendo o seu sentido. Tal fato nos obriga a pensar se a própria instabilidade do mundo moderno tem contribuído para uma crise permanente na atividade educativa escolarizada. Considerando que a crise da educação revela "a fragilidade da instituição escolar e dos saberes escolarizados, os quais, até então, vinham sustentando os duzentos anos de educação escolarizada no Ocidente" (CÉSAR e DUARTE, 2010, p.835).

A escola de hoje requer alunos mais críticos, criativos, que participem, que ousem, mais inteiros, isto é, com mais consciência pessoal e profissional, porém tudo no limite superficial. Na escola conservadora, o compromisso maior do professor era com a execução do seu trabalho, não com o seu resultado. Nos dias atuais pelo ideário capitalista, espera da escola a reprodução de uma educação que perde seu sentido e significado por meio de inúmeros programas e/ou projetos que encontram, na escola, um *locus* privilegiado para a formação de sujeitos empreendedores, ou seja, uma educação a serviço, a contribuir com as empresas e com o mercado de trabalho, de um modo geral, mediante a formação de trabalhadores flexíveis.

Nesse marco, a política educacional recente BNCC traz uma corrente neoliberal que tem como objetivo a qualidade da educação por meio do alinhamento do currículo nacional da educação básica, para obedecer às regras das instituições internacionais que financiam as políticas de governo de países periféricos.

Desse modo, Libâneo (2012) destaca as orientações do Banco Mundial sobre Educação Básica e Superior: a educação básica e a superior são as mais representativas dessa nova era. Elas refletem tendências da nova ordem econômica mundial, do progresso tecnológico e da globalização, que exigem dos indivíduos capacidades intelectuais mais diversificadas e flexíveis, especialmente em termos de adaptação a papéis emergentes. A solução é desenvolver uma educação mais eficaz e de maior qualidade que possa fornecer uma educação geral mais complexa, em vez de treinamento no local de trabalho. No entanto, a agência também incentiva o aumento da competitividade, a descentralização e a privatização da educação, a eliminação da gratuidade (especialmente nas universidades públicas) e escolhas cada vez mais orientadas para o desempenho de seleção natural de habilidades (LIBÂNEO, 2012, p.116).

A política educacional ligada ao contexto a atual configura-se como, uma política voltada para os interesses neoliberais e capitalistas, uma vez que esta surge como o interesse de órgãos financiadores da educação, obedecendo ao discurso de uma educação de qualidade.

Segundo Macedo (2019), "o governo atribui à base, o papel de unificadora de políticas educacionais, de facilitadora da cooperação

entre os regimes de governo e, por fim, de indicador de qualidade” (2019, p. 3). Como explicitado pela autora, a base tem diversas atribuições, mas na prática educacional, no “chão” da escola o desafio se contrapõe a tais atribuições, pois só haverá qualidade no ensino, se houver a ação real, capacitação e investimentos direcionados a implementação da BNCC.

Heleno (2017), nos diz que ao invés de facilitar o processo educacional dos alunos, a BNCC cria algumas barreiras à própria natureza da BNCC, o que é consistente com a manutenção do *status quo* quando a classe trabalhadora têm dificuldades de acesso à educação gratuita e de qualidade; quando a administração pública descentraliza a educação básica, desviando recursos públicos para instituições de ensino privadas; quando impõe metas e possível controle sobre a avaliação, negando aos alunos a capacidade de compreensão concreta, negando a ciência, a fragmentação da educação e o vazio tecnológico da realidade das categorias cívicas. Proporcionando assim uma educação conformista (HELENO, 2017, p. 391).

Como foi exposto acima, a BNCC em vez de viabilizar o acesso aos menos favorecidos no contexto sócio educacional, surge como uma proposta de tornar mais efetiva as diferenças sociais existentes. O pensamento dos governos neoliberais, os filhos da classe dominante devem ser favorecidos com as políticas de governo, e os filhos dos proletários devem se conformar com as políticas públicas que negam seus direitos.

[...] educação, não o treinamento. O aluno vai-se educar a partir de uma nova base de pensamento lógico-abstrato, com uma educação básica reconceituada à luz da apropriação de inovações tecnológicas e organizacionais e lastreada por um substrato de conhecimento assegurado por uma formação básica comum e essencial (CARNEIRO, 2015, p. 421).

A lógica de gestão que sustenta a defesa da privatização, da divisão técnica do trabalho e da *accountability* na educação pública exige a padronização de “objetivos de aprendizagem” e metas a serem alcançadas pelas escolas e redes públicas. A BNCC, em projetos comerciais, é o mecanismo que assume a tarefa de definir metas a serem atingidas em todo o país. E, como cada meta

é identificada por um “código alfanumérico” (Brasil, 2017, p. 26), os resultados podem ser acompanhados de forma mais ampla e adquirido por meio de avaliações externas (FREITAS, 2017).

Nesse sentido, a educação na escola pública mantida pelo Estado, infelizmente, passa a treinar alunos/pessoas, uma classe para trabalhos escassos, flexíveis e instáveis, a partir de uma de uma base que traz na sua roupagem uma mera invenção para moldar esses sujeitos a serem exatamente iguais, deixando-os nas mesmas condições. Conforme alerta Freitas (2017), os documentos aprovados atendem aos interesses de grandes corporações dedicadas à comercialização de materiais didáticos padronizados, bem como de organizações comerciais que defendem a adoção de sistemas instrucionais estruturados como estratégia de controle dos esforços educacionais.

A padronização das metas de aprendizagem em todo o país também é um incentivo adicional para que as empresas que trabalham na produção de sistemas instrucionais padronizados se estabeleçam no país e avancem vendendo seus produtos para escolas e redes públicas de ensino. Este é mais um impulso para o desenvolvimento do tecnologismo, agora com plataformas de aprendizagem “online” e “personalizadas”, tecnologias adaptativas e “avaliações embutidas” na educação pública nacional, em que os professores são despojados de seus conhecimentos. Trabalhos ao vivo a partir de manuais impressos e/ou plataformas de aprendizagem preparados de acordo com a BNCC e convertidos em trabalhos mortos.

Soma-se a isso o fato de que as escolas que não atingirem as metas de aprendizagem provavelmente serão pressionadas para adotar não só os sistemas estruturados de ensino, mas, também, outras formas de privatização, apresentadas pelos empresários e seus intelectuais como instrumentos necessários à melhoria da “qualidade” da educação no Brasil. Portanto, a BNCC expressa um total alinhamento com o projeto empresarial de educação básica. Sua aprovação tende a aprofundar a desigualdade de acesso ao conhecimento sistematizado que marca a realidade nacional.

Se não bastasse a proporção dos diversos ataques às escolas públicas, ainda estamos enfrentando as circunstâncias extraordinárias criadas pela pandemia nos últimos tempos. De fato, os

defensores dos programas de educação empresarial veem uma “janela de oportunidade” para divulgar suas ideias e ações, buscando oferecer “soluções mágicas” no marco de um discurso “mediado pela tecnologia” para a chamada “educação a remota”. A fim de popularizar seus produtos na educação pública, ou seja, descharacterizam a escola e conseqüentemente o trabalho docente. Vale ressaltar o nefasto impacto que esse cenário causou na aprendizagem de milhares jovens, sem contar que muitos também perderam seus familiares e/ou amigos.

Nesse contexto, mais uma vez, a BNCC expressa sua importância na agenda empresarial, constituindo-se como a referência capaz de subordinar toda a educação pública ao patamar minimalista de formação, além de permitir que um mesmo recurso pedagógico – alinhado à base – seja adquirido por escolas e/ou redes públicas de ensino de diferentes regiões do país. Como aponta Motta e Frigotto, (2017), a BNCC encontra-se no bojo das contrarreformas, que expressam e consolidam o projeto da classe dominante brasileira em sua marca antinacional, antipovo, antieducação pública, que condena gerações ao trabalho simples e nega os fundamentos das ciências que permitem aos jovens entenderem e dominarem como funciona o mundo das coisas e a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos consciência de que nossas breves reflexões, não dão conta da complexidade que pensar educação escolar básica multifacetada no contexto contemporâneo. No entanto, buscamos contribuir para o avanço desses estudos e, principalmente pôr em discussão os fundamentos que suleiam nossa educação e as intencionalidades do projeto formativo da burguesia com a educação dos que vivem do trabalho. Nesse enfoque, a política educacional voltada para o contexto atual configura-se para atingir os interesses neoliberais e capitalistas à medida que emerge como os interesses das agências de fomento educacional, subservientes ao discurso da educação de qualidade. Onde essa situação nos levam a confirmar que a BNCC não é uma solução viável para a qualidade educacional, é apenas um documento que padroniza as normas do currículo

nacional da educação básica. Com função de responsabilizar as escolas em relação aos resultados esperados pelo governo.

Em sociedades históricas que vivem momentos de determinação alienada, opressão e exploração, a implementação de programas políticos voltados para interesses egoístas de grupos particulares, como na nossa atual sociedade brasileira, o poder das instituições escolares fica ainda mais fragilizado. O projeto educativo de uma sociedade necessariamente se relaciona com o projeto político de sociedade, oprimindo a maioria dos indivíduos que a integram.

Contudo, em meio as contradições capitalistas, o convite passa a ser resistir fortemente ao projeto de dominação, e se apegar as concepções críticas e inseparáveis do projeto de emancipação humana via revolução proletária e, bem como colocá-la como um lugar de luta e busca de transformação interna no sentido de contribuir com a transformação radical e total do conjunto das relações sociais para que o filho da classe trabalhadora tenha uma educação que prime pela emancipação humana e política.

REFERÊNCIAS

AMORIM. A. F. C; SOUSA. R. A. D. **Cadernos da Fucamp**, v.18, n.32, p.129-143 /2019.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. 4. ed. rev. – Ijuí : Ed. Unijuí, p. 112, 2018.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2016. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2016-pdf/40791-bncc-proposta-preliminar-segunda-versao-pdf/file>>. Acesso em 26 de junho de 2022.

_____. Texto Anexo - **Base Nacional Comum Curricular** – Educação Infantil e Ensino Fundamental. In: BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 15/2017. Brasília, DF, 2017. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc> >. Acesso em 26 de junho de 2022.

_____. **Base Nacional Comum Curricular.** Educação é a base. Brasília: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_ver-saofinal_site.pdf >. Acesso em 26 de junho de 2022.

CAMBI, F. **História da Pedagogia.** São Paulo: Unesp, 1999.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil:** Leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. 23. Ed. Revista e ampliada. Petrópolis, RJ; vozes, 2015.

CÉSAR, M. R. A.; DUARTE, A. Hannah Arendt: pensar a crise da educação no mundo contemporâneo. **Educ. Pesqui.** vol. 36, n. 3, p. 823-837, 2010.

FRANCO, Maria Amélia do Rosario Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.** 97 (247), 2016.

_____. **A pedagogia como ciência da educação:** entre epistemologia e prática. 2001. 257 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FREITAS, L.C. BNCC: como os objetivos serão rastreados? 2017. Disponível em: < <https://avaliacaoeducacional.com/2017/04/07/bncc-como-os-objetivos-serao-rastreados/> >. Acesso em 26 de junho de 2022.

HELENO, C. R. Contribuição à crítica da Base Nacional Comum Curricular – a máscara do conformismo na educação do Banco Mundial. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 391, 2017.

HIDALGO, Ângela Maria. **De “educação para responsabilização individual” para “educação e consciência de classe”.** In: ORSO, J. P.; GONÇALVES, S. R.; MATTOS, V. M. (Orgs.). Educação e lutas de classes. São Paulo: Expressão Popular, p. 125-138, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, mar. 2012.

MACEDO, E. N. A BNCC como política educacional. **Espaço Público**, v. 3, p. 64 -76, mar. 2019.

MOTTA, V. C.; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (LEI nº 13.415/2017). **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.355-372, abr.- jun., 2017.

SANFELICE, José Luís. **Da escola estatal burguesa a escola democrática e popular: considerações historiográficas**. In: A escola pública no Brasil: história e historiografia / José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviani, Maria Isabel Moura Nascimento (orgs.). – Campinas, SP: Autores associados: HISTEDBR, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Educação em diálogo**. Campinas: Autores Associados, 2011.

_____. **Pedagogia Histórico-crítica. Primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez : Autores Associados. Coleção Polêmicas do nosso tempo v. 40. 2013.

_____. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação**: significado, controvérsias e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Novos enfoques da pesquisa educacional**. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Novos enfoques da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1999.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

VEIGA, I. P. A. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dez. 2003.